

MP que muda o cálculo da Cofins gera polêmica

A medida provisória que alterou parte do sistema tributário, modificando inclusive a cobrança da Cofins, recebeu ontem duras críticas dos senadores José Agripino, Arthur Virgílio e Alvaro Dias. Para o líder do governo, Aloizio Mercadante, no entanto, a MP deverá evitar o aumento de impostos



Fotos: Roosevelt Pinheiro

CONTROVÉRSIA José Agripino, Aloizio Mercadante, Alvaro Dias e Arthur Virgílio debateram ontem em Plenário a medida provisória editada sexta-feira pelo governo

Página 4

Seminário debate a Constituição

Começa hoje no Auditório Petrônio Portella, do Senado, um seminário de três dias para discutir os 15 anos da Constituição. O evento será aberto pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo 1º secretário da Casa, Romeu Tuma.

Página 6



CONGRESSO NACIONAL
180 ANOS



Conselho deseja opinar sobre produção regional na TV

Projeto que regulamenta artigo da Constituição tramita na Comissão de Justiça do Senado

Página 7

Célio Azevedo

AVANÇO A regionalização, segundo Cavalcanti (ao microfone), é discutida em todo o mundo e evita a concentração da mídia

Inscrições para o Diploma Mulher-Cidadã

O prazo final para a indicação de candidatas à terceira edição do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz foi prorrogado até o dia 1º de dezembro. O prêmio, concedido pelo Senado, é uma homenagem às mulheres que atuam na defesa dos direitos femininos e das questões de gênero em nosso país.

Entidades, governamentais ou não, que atuem na valorização da mulher, podem indicar candidatas. A proposta deverá ser encaminhada à Mesa do Senado, acompanhada de currículo e de justificativa.

As indicações serão apreciadas por um conselho presidido pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e composto por representantes dos partidos com assento no Senado.

Consultoria do Senado divulga artigos

A Consultoria Legislativa do Senado (Conleg) lançou na última semana sua página na Internet, que traz artigos dos consultores da Casa sobre assuntos de repercussão nacional.

Nesta semana, a consultoria destacou artigo de Carmem Rachel Scavazzini, que discute aspectos técnicos, legais e econômicos do plantio de transgênicos. O leitor encontra ainda a opinião de Sílvia Maria Paiva sobre programas governamentais para o turismo e de Maria Cláudia Drummond, que escreve sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O endereço da Conleg na Internet é www.senado.gov.br/web/conleg.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Agenda

Plenário do Senado realiza sessão ordinária às 14h30

Na sessão de hoje, às 14h30, será examinado projeto que trata do quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas (PLC nº 65/03). Também serão discutidas propostas de emendas à Constituição que tratam da utilização de radioisótopos (nº 7/03),

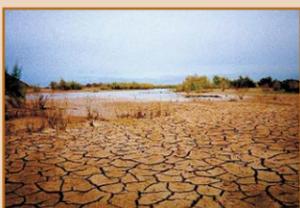
da reforma da Previdência (nº 67/03) e a que propõe sessões separadas da Câmara e do Senado para votação de medidas provisórias (nº 27/03). Às 18h30, será realizada sessão conjunta do Congresso para leitura de mensagens presidenciais.

Sarney recebe ministros de Angola e Portugal

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 17h30 o presidente do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo,

acompanhado dos presidentes dos Tribunais de Contas de Angola e de Portugal. Às 19h, Sarney comparece à cerimônia

de entrega da Medalha do Congresso Nacional ao fundador da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres.



Programa para áreas afetadas pela seca

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10h, para votar proposta que cria o Programa Especial de Garantia de Renda Mínima nas regiões afetadas pela seca (PLS nº 84/00). O colegiado vota ainda projeto que trata de depósitos bancários de entidades privadas de serviço social (PLS nº 26/96) e medida que define objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais (PLS nº 189/03).

Subcomissão da Amazônia pode ouvir governadores

A Subcomissão da Amazônia analisa hoje, às 10h, requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) solicitando a convocação dos governadores do Amapá, Mato Grosso, Amazonas, Roraima,



Rondônia, Acre, Maranhão, Tocantins e Pará, para falarem sobre o plano de desenvolvimento de seus estados e sobre a interação das políticas com o plano de desenvolvimento da Amazônia.

Reforma tributária e recursos hídricos

A Comissão de Educação (CE) realiza reunião hoje, às 11h, para votar emendas à reforma tributária (PEC nº 74/03). Às 14h30, a Comissão de Infra-Estrutura (CI) vota, entre outros, projeto que cria a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a fim de alterar a destinação da arrecadação proveniente de cobrança pelo uso da água (PLS nº 240/02).



Comissão de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 14h30, para exame de avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos. Às 18h será instalada uma comissão mista para analisar o projeto de criação do Programa Especial de Habitação Popular (MP nº 133/03).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

João Ribeiro destaca ação da Votorantim

O senador João Ribeiro (PFL-TO) destacou ontem a construção de uma fábrica de cimento do Grupo Votorantim, no município de Filadélfia (TO). O grupo só estava esperando a chegada à região da Ferrovia Norte-Sul, que está avançando e passará a 20 quilômetros da jazida de calcário calcítico, a ser explorada pela empresa.



Fábrica irá gerar empregos, diz João Ribeiro

João Ribeiro atestou que o governo "está cumprindo a sua obrigação", mas lembrou que a ferrovia, embora já tenha chegado até o Tocantins, necessita da injeção de mais recursos para completar seu percurso. Quanto à Votorantim, o senador disse estar disposto a visitar a sede do grupo em São Paulo, a fim de mostrar a gratidão das autoridades e do povo tocantinense, já que a fábrica de cimento será uma importante fonte de emprego e renda.

Paim elogia viagem de Lula à África

O senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou a viagem do presidente Lula à África, classificando-a como historicamente importante, e explicou por que ele não foi, apesar de convidado pelo presidente.

– Embora seja descendente de africanos e considere a viagem importante, não fui porque esta semana é fundamental para a reforma da Previdência, importantíssima para brasileiros negros, brancos, jovens e idosos – disse.

O senador afirmou que vai lutar pelos seus pontos de vista na votação da reforma, ressaltando a paridade entre os funcionários da ativa e os aposentados, a adoção de uma regra de transição justa, o subteto dos estados e a posição contra a contribuição dos inativos.



Paim também ressaltou votação da Previdência

Votação de matérias só de terça a quinta

O presidente do Senado, José Sarney, comunicou ontem ao Plenário que, no interesse de presidir a Casa com absoluta harmonia, decidiu que só haverá sessões deliberativas às terças, quartas e quintas-feiras. Quando for necessário, acrescentou, serão convocadas sessões extraordinárias às segundas e sextas-feiras.

Ele constatou que a decisão de realizar sessões deliberativas às segundas e sextas-feiras, como vinha ocorrendo, não foi recebida consensualmente.

Sarney pediu compreensão para o fato de que as ordens do dia (pautas de votações) serão longas, o que exigirá rigoroso cumprimento do horário estabelecido pelo Regimento Interno. Dessa forma, a ordem do dia começará impreterivelmente às 16h, a partir de hoje.

Ao cumprimentar Sarney, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que, se dependesse dele, haveria sessões permanentemente. Heloísa Helena (PT-AL) saudou a decisão de Sarney e disse considerar da maior importância que o calendário do Senado não seja indulgente com questões conjunturais.

Borges alerta para obras paralisadas

O senador César Borges (PFL-BA) citou ontem matéria do jornal *Correio Braziliense* sobre obras paralisadas devido às restrições orçamentárias, destacando que a maior parte delas está localizada no Nordeste. Segundo o senador, os estados com o maior número de obras paralisadas são Bahia, Piauí e Ceará. Ele informou que existem 322 obras inacabadas relativas somente ao Ministério dos Transportes, que exigiriam R\$ 5 bilhões para serem concluídas.

César Borges disse que na Bahia obras importantes como a BR-135 no oeste, a BR-020 em direção ao Piauí, e um trecho de 36 quilômetros da BR-116, que liga o Rio Grande do Sul ao Ceará, não têm continuidade. O parlamentar citou também duas pontes sobre o Rio São Francisco como prova da desatenção do governo federal para com o Nordeste, além de projetos de irrigação.

REFORMAS

Sarney anuncia que sessões deliberativas voltarão a ser realizadas de terça a quinta-feira. Plenário analisa grande número de projetos

Plenário debate emenda da Previdência em três sessões

A reforma da Previdência será debatida durante três sessões plenárias nesta semana, de hoje a quinta-feira. A quinta e última sessão de discussão da proposta, em primeiro turno, acontecerá no próximo dia 11, quando se encerra o prazo para apresentação de emendas de conteúdo.

Ontem, foi realizada a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, de duas propostas de emenda à Constituição (PECs): a de nº 11/99, que prevê que concessões para exploração de recursos e jazidas minerais terão prazo determinado, e a de nº 11/01, que permite ao Supremo Tribunal Federal (STF) delegar aos Juízos Federais de 1ª instância a homologação de sentença estrangeira relativa a separação judicial e divórcio.

Hoje, deverá ser votado, em regime de urgência, o Projeto

de Resolução nº 44/03, que isenta dos limites para operações de crédito aquelas contratadas junto ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz) e as decorrentes do parcelamento de débito junto a concessionárias de energia elétrica.

O projeto pretende também viabilizar a regularização de operações contratadas em conformidade com os limites e condições estabelecidos por resolução do Senado, mas não autorizadas explicitamente pelo Ministério da Fazenda ou pelo Senado.

Também estão na pauta de hoje a proposta que determina que as medidas provisórias terão a sua votação iniciada, alternadamente, na Câmara dos Deputados e no Senado (PEC nº 27/2003); o Projeto de Decreto Legislativo nº 668/03, que aprova as contas dos presiden-

tes da Justiça Federal relativas ao exercício de 2000; e o Projeto de Resolução nº 54/03, que autoriza o governo brasileiro a contratar operação de crédito externo no valor total de US\$ 12,120 milhões com o Banco Mundial para financiamento parcial do Projeto de Assistência Técnica ao Setor Elétrico Brasileiro (Estal).

Ainda hoje, realizam-se sessões de discussão da reforma da Previdência (PEC nº 67/03) e da PEC nº 7/03, que exclui do monopólio da União a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos de meia-vida curta para usos médicos, agrícolas e industriais.

Amanhã, o Plenário deve votar o Projeto de Lei da Câmara nº 65/03 que trata do Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas (Ana) e a proposta de emenda à Constituição sobre os radioisótopos.



TRANSIÇÃO Sibá diz que governo busca atender expectativa de atuais servidores

Sibá: mudança aproxima os dois sistemas

O ponto mais importante da reforma da Previdência, em discussão no Senado, é a aproximação que ela promove entre o atual sistema de aposentadoria dos servidores públicos e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), bancado pelo INSS, afirmou em discurso o senador Sibá Machado (PT-AC).

Sibá lembrou que as aposentadorias dos futuros servidores públicos estarão limitadas a R\$ 2.400 ao mês, valor que a reforma está fixando também para os futuros aposentados do INSS. Ele ponderou que a reforma dá um mínimo de caráter atuarial ao sistema dos futuros servidores, o que não existe hoje.

Quanto aos atuais funcionários, que não terão os fundos de previdência complementar, Sibá disse que o governo busca, "na medida do possível e da capacidade das finanças públicas, garantir-lhes alguma forma de manutenção proporcional de suas expectativas".

Para o senador, a fixação do teto salarial no governo federal e dos subterfútos nos estados e municípios é "uma providência moralizadora" que poderá aliviar os tesouros públicos, com os possíveis cortes de altíssimos salários.

Sibá disse que, apesar de mexer basicamente com a aposentadoria dos servidores públicos, alguns artigos beneficiam empregados de empresas privadas, que recolhem para o INSS. Um deles é a elevação do teto de aposentadoria, que passará de R\$ 1.869 para R\$ 2.400. Fora isso, a reforma abre acesso à cobertura previdenciária para aproximadamente 30 milhões de brasileiros, destacou o senador.



AGENDA Plenário analisa extensa pauta que inclui propostas de emenda à Constituição

Mão Santa faz críticas à emenda paralela

O senador Mão Santa (PMDB-PI) manifestou-se contra a chamada emenda paralela da Previdência, na qual os governistas estão colocando todas as mudanças que vêm aceitando na reforma da Previdência. Para ele, os senadores "estão se curvando" aos interesses do governo.

Mão Santa citou o ex-senador e ex-ministro da Justiça Petrônio Portella, lembrando que nunca esqueceu sua afirmação de que o país não pode

prescindir de um Parlamento forte. Para ele, nas discussões da reforma da Previdência o Senado está abrindo mão de suas prerrogativas.

– Petrônio Portella nos ensinou que, se não há prazo, não há preço. Nesse caso, deve-se sempre buscar o consenso sobre qualquer assunto. Pois nós estamos aqui aprovando coisas a toque de caixa – ressaltou.



Roosevelt Pinheiro

REFORMAS

Para Agripino, governo pratica a "gulodice fiscal" ao editar MP mudando a cobrança da Cofins. Aloizio Mercadante elogia a medida provisória, que também é mal recebida por Alvaro Dias e Arthur Virgílio

Agripino critica MP que muda cálculo da Cofins

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), criticou a medida provisória (MP nº 135/03), editada sexta-feira, que acaba com a cumulatividade da Cofins e reduz o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens de capital (máquinas, equipamentos e implementos agrícolas). Agripino explica que o fim da cumulatividade foi inteiramente anulado pelo aumento da alíquota de 3% para 7,6%, repetindo erro cometido no caso do PIS/Pasep.

– Para as empresas que dependem de uma longa cadeia de produção, como a automobilística, a medida é positiva, vai representar uma redução da carga tributária. Mas para os que têm cadeia produtiva curta, ou prestadores de serviço, como dentistas, médicos e pequenas empresas de serviço, a

exemplo das detetizadoras, o aumento do tributo é absurdo, extorsivo, cruel – avaliou.

José Agripino questionou também a decisão do governo de editar medida provisória sobre um assunto que está sendo discutido no Congresso Nacional, no âmbito da reforma tributária.

O senador afirmou que, embora a MP nº 135 esteja sendo apresentada como redutora de carga tributária, na verdade a aumenta, tratando-se, segundo definiu, de "gulodice fiscal, necessidade e ânsia de arrecadar". No caso da redução do IPI, Agripino diz que o mais grave são as exceções: ficam com IPI reduzidos a zero os bancos, as telefônicas e os meios de comunicação.

– Querem quebrar apenas o pequeno – ressaltou, protestando ainda contra o fato de



Fotos: Roosevelt Pinheiro

DANOS José Agripino afirma que prestadoras de serviço serão prejudicadas

que o IPI realmente será reduzido, o que diminuirá ainda mais os Fundos de Participação dos Estados e Municípios, formados por IPI e Imposto de Renda. Já a Cofins e o PIS/Pasep, como são exclusivos da União, "aumentam de forma cruel".

Agripino perguntou ainda como será possível fazer o país crescer com aumento da carga tributária.

– Como um presidente que prometeu criar 10 milhões de empregos perpetra um absurdo desses? O PFL não vai aceitar, e vai lutar contra isso.

Medida provisória evita o aumento de impostos, afirma Aloizio Mercadante

Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, defendeu a decisão do governo federal de editar a medida provisória para mudar a incidência da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) do faturamento para o valor adicionado.

O pronunciamento foi feito em resposta ao líder do PFL, José Agripino (RN), que criticou o governo. O senador pefelista argumenta que a medida provisória aumenta a carga tributária para os profissionais liberais e pequenas empresas de prestação de serviço.

De acordo com Aloizio Mercadante, o governo apenas cumpriu o que determina a Lei nº 10.637, aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado. Esse texto legal, lembrou, estabelece que tanto a Cofins quanto o Programa de Integração Social (PIS) deveriam passar a ser cobrados das empresas sobre o valor adiciona-

do, ou seja, sobre o que cada empresa agregar de valor a um produto. A medida vai beneficiar principalmente a indústria e o setor exportador, de forma a aumentar a produção e as vendas ao exterior, com reflexos importantes para a estabilidade da economia e a geração de emprego e renda, disse.

Racionalidade

Para o líder do governo, o sistema anterior era irracional, já que obrigava o governo a perder receita do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para compensar as perdas com a Cofins e o PIS. O valor adicionado, lembrou, é hoje o fato gerador mais utilizado nos países desenvolvidos.

– No governo Fernando Henrique, a carga tributária aumentou em R\$ 120 bilhões. Estamos usando o ajuste fiscal para não recorrer ao aumento de impostos – observou Aloizio Mercadante.

Os argumentos de Merca-



OBRIGAÇÃO Aloizio Mercadante diz que o governo apenas cumpriu a lei ao editar a MP

dante foram contestados por Agripino e pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). O senador baiano sugeriu que o governo reexamine os termos da MP, para que profissionais e empresas mais prejudicados com as novas regras possam beneficiar-se com algum tipo de mecanismo de ajuste.

Executivo "avança no bolso do brasileiro", acusa Alvaro Dias

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apontou falhas na medida provisória que alterou parte do sistema tributário, modificando inclusive a cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Conforme disse, o governo adotou a estratégia de mudar as leis no fim de semana, com edição extra do *Diário Oficial da União* no sábado.

– Mais uma vez o governo do PT não cumpre uma promessa de campanha. O Brasil inteiro viu o candidato Lula afirmar que não usaria medidas provisórias. Na verdade, a MP foi mais um avanço no bolso do brasileiro.

Alvaro Dias lamentou que o governo tenha se utilizado de uma MP exatamente quando o Congresso discute a reforma tributária. "O governo fala que não haverá cobrança cumulativa da Cofins, mas o que pretende o governo com a MP é aumentar a receita. Esse tem sido o propósito do governo com a reforma tributária."

Conforme o senador, a MP mexe também com o regulamento aduaneiro, criando



CRÍTICA Segundo Alvaro, alteração do sistema tributário não pode ser feita por MP

"multas e sanções de discutível constitucionalidade em relação às importações". Ele estranhou ainda a retenção da Cofins na fonte em vários serviços, mas deixando outros de fora, como empresas jornalísticas e emissoras de rádio e televisão. "Foi estabelecido um privilégio."

– Para o governo, uns setores podem mais que outros. E o princípio da isonomia? A MP não revogou esse princípio, mas na prática ela faz isso. O Legislativo tem de reagir – argumentou.

Para Virgílio, o governo amplia carga tributária

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que a medida provisória, editada na última sexta-feira, mudando a incidência da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) do faturamento para o valor adicionado, aumenta essa contribuição em 153%. Ele informou que a alíquota da Cofins passará de 3% para 7,6%.

– O ministro Antonio Palocci é um homem de palavra. Ele disse aos senadores, em reunião na Comissão de Assuntos Econômicos, que não precisava de emenda constitucional para aumentar a carga tributária do país, ao negar que a reforma tributária aumentaria a carga de impostos. E é verdade. Quero elogiar o ministro. Mas não sei se coloco a palavra elo-



COBRANÇA Aumento da Cofins foi de 153%, conforme Arthur Virgílio

giar entre aspas, pois é difícil, na linguagem oral, colocar aspas. Mas coloco aspas orais aqui – salientou o senador Arthur Virgílio.

REFORMAS

Segundo Marco Maciel, distâncias sociais desequilibram a Federação. Ana Júlia elogia a reforma tributária. Já Alvaro Dias anuncia sugestões para a proposta e Garibaldi destaca a crise financeira das prefeituras

Marco Maciel defende o combate às desigualdades

Ao tratar da necessidade de assegurar o princípio democrático da igualdade entre pessoas e grupos sociais, em especial a que se refere à distribuição de recursos e benefícios, o senador Marco Maciel (PFL-PE) afirmou que as desigualdades regionais desafiam a organização federativa.

– Enquanto não implementarmos políticas de longo prazo para atenuar distâncias sociais e econômicas, vamos continuar sendo uma Federação desequilibrada, em que a disputa por recursos escassos será fatalmente predatória.

O desequilíbrio da Federação, ressaltou, é constatado no fato de as desigualdades regionais influenciarem diretamente as desigualdades de renda, emprego, oportunidades de trabalho, educação, saúde, habitação, saneamento e transportes, "podendo ser comprovadas pela concentração de baixos índices de desenvolvimento humano e social nas re-



Fotos: Roosevelt Fimhenio

EQÜIDADE É necessário assegurar o princípio da igualdade, de acordo com Marco Maciel

giões Norte e Nordeste". Os mesmos índices relativos à Região Centro-Oeste foram abordados pela construção de Brasília, lembrou.

Segundo Maciel, esses resultados têm a ver com a igualdade de tratamento dado a condições sociais e econômicas desiguais, o que caracterizou o federalismo adotado na Constituição de 1891. Ao longo do

século passado, disse, o Estado passou a interferir progressivamente para reduzir desigualdades regionais, até que, em 1946, foi adotado um federalismo compartilhado em matéria de distribuição de rendas. As superintendências de desenvolvimento regional e a criação de bancos com atuação regional foram citadas entre as medidas para promover maior equidade de condições pessoais e sociais.

Garantir a igualdade de condições, no entanto, não se limita à superação de diferenças regionais e pessoais de renda e acesso a benefícios, alertou. Inúmeros grupos sociais têm diversas formas de fragilidade, no caso do Brasil, por sua enorme diversidade cultural, social e econômica, assinalou.



CONSULTA Propostas foram amplamente discutidas com a sociedade, disse Osamar Dias

Osamar anuncia emendas da Comissão de Educação

O senador Osamar Dias (PDT-PR) anunciou algumas das emendas que a Comissão de Educação (CE), presidida por ele, apresentará à reforma tributária. Uma delas retira do texto em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado o prazo para extinção dos incentivos fiscais garantidos hoje à cultura.

– O texto aprovado na Câmara determina o fim, em 2007, dos incentivos fiscais concedidos à cultura. O relator da re-

forma tributária na CCJ, senador Romero Jucá, ampliou esse prazo para 11 anos após a aprovação da matéria. Nós não podemos admitir o fim das leis que têm beneficiado a cultura nacional, pois é por meio delas que a cultura brasileira vem se mantendo – afirmou Osamar Dias.

A CE também apresentará emenda com o objetivo de impedir que o governo desvincule os recursos destinados à educação. Osamar Dias argumentou que, se o Brasil quiser realmente combater o analfabetismo e incluir nas escolas 20 milhões de pessoas que estão sem estudar, não se pode permitir que as receitas da educação sejam incluídas na Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Osamar Dias registrou que, para formular as emendas, a Comissão de Educação ouviu vários segmentos da sociedade ligados às áreas de cultura, esporte, educação, ciência e tecnologia, informática e comunicação social.

Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) cumprimentou Osamar Dias por ter colocado a Comissão de Educação no debate da reforma tributária. Lembrando que a discussão de emendas constitucionais é competência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Marco Maciel destacou o pioneirismo do presidente da CE.

Para Ana Júlia, mudanças devem levar a um novo sistema tributário

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) elogiou a proposta de reforma tributária em exame, mesmo reconhecendo que num primeiro momento ela não equacionará todos os conflitos entre os diversos interesses envolvidos. Segundo disse, o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) tem o mérito de permitir o amadurecimento das alternativas para a formulação de um novo sistema tributário.

– A emenda constitucional é um excelente começo. As tentativas de reforma na última década priorizaram o aumento da carga tributária em nome do ajuste fiscal, deixando de lado a coerência do sistema, a boa técnica tributária, o equilíbrio federativo e a busca da progressividade na tributação.

Conforme a senadora, o crescimento da carga tributária, que chegou a 30% do Produto Interno Bruto (PIB) no governo



INÍCIO Ana Júlia considera que a proposta em discussão no Senado é "excelente começo"

Fernando Henrique Cardoso, deveu-se especialmente à ampliação das contribuições sobre o faturamento, de forma cumulativa, ao longo da cadeia produtiva, onerando os consumidores finais e as exportações.

Ana Júlia ressaltou o esforço para obter justiça na tributação. Exemplo disso, afirmou, é

a seletividade do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), centrada nos bens essenciais. Com relação ao Imposto de Renda, a senadora observou que a ampliação da base de tributação traria a progressividade – cobrar mais dos que ganham mais – e não a mudança de alíquotas, simplesmente. Esta, afirmou, acabaria prejudicando os salários médios do setor privado e os salários médios e altos do setor público.

Ana Júlia assinala que a opção pela progressividade se estende aos impostos sobre a propriedade, dentro do entendimento de que as diferenças de renda decorrem das diferenças de patrimônio.

Situação dos municípios é grave, alerta Garibaldi

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) advertiu que a maior parte das prefeituras brasileiras não poderá pagar o 13º salário, pois houve uma redução oficial de 12% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

– Mas a situação é muito mais grave do que parece. O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) já observou aqui que, de R\$ 12 bilhões de repasses previstos para os últimos 12 meses, foram repassados apenas R\$ 600 milhões, o que torna a situação dramática – alertou.

Garibaldi disse que participou de reunião da Federação de Municípios do Rio Grande do Norte, presidida pelo prefeito de Parnamirim (RN), Agnelo Alves, e ficou estarecido com a dimensão da crise.



PENÚRIA Maior parte das prefeituras não tem como pagar o 13º salário, afirma Garibaldi

– Eu diria que só os grandes municípios, ou os que fizeram provisão de recursos, pagarão o 13º e o salário de dezembro ao funcionalismo.

Senado pode votar logo o Estatuto do Desarmamento

Acordo com líderes deverá agilizar envio do projeto ao Plenário, logo após exame pela Comissão de Justiça

O senador César Borges (PFL-BA) iniciou contato com os líderes partidários para conseguir apoio à tramitação rápida do projeto do Estatuto do Desarmamento no Senado, permitindo sua aprovação ainda em novembro. Para isso, será preciso que os partidos aprovem o envio do projeto ao Plenário logo após a apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o senador é o relator.

No primeiro encontro, na semana passada, o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), confirmou o apoio de seu partido para votar o estatuto no menor prazo possível.

– A população não aceita que um assunto que se discute há anos e que, agora, próximo de uma solução, fique sendo procrastinado – afirmou.

César Borges discutiu com Renan as mudanças realizadas no projeto pela Câmara dos Deputados. Os dois concordam que um dos pontos críticos foi a retirada da data de realização do referendo para proibição da comercialização de armas no país – definido pelo Senado



EMPENHO César Borges, relator na CCJ, já conta com o apoio do líder do PMDB, Renan Calheiros, para uma rápida tramitação da proposta

para 2005. Para o relator, a falta de data compromete a eficácia da realização do referendo.

– Queremos dar esta eficácia para o Estatuto do Desarmamento, para não frustrar a imensa maioria da população, que quer efetivamente resolver esse assunto e pretende ver o fim da comercialização de armas no país – ressaltou. Renan apoiou Borges: “O relator tratou de um aspecto muito importante: não adianta votarmos uma proibição e a proibição não valer na prática”.

Renan defendeu ainda que o referendo seja marcado para a data das eleições municipais do próximo ano, como previa o texto original do Senado. Assim, disse o líder peemedebista, se aliar a economia de custos a uma discussão mais aprofundada, uma vez que o

desarmamento poderia ser debatido durante a campanha.

Críticas

Borges analisou outras mudanças no projeto. Criticou, por exemplo, a extensão do porte de armas a categorias não previstas no projeto do Senado, como fiscais do Ministério do Trabalho e comissário de menores.

– Tudo que contribui para o ordenamento, para regular o porte e a posse de armas, estamos apoiando. Agora, o que permite aumentar a circulação de armas dentro da sociedade, estamos, evidentemente, sendo contra – assinalou o relator.

César Borges recebe hoje o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que foi o relator do estatuto na Câmara. O senador quer saber exatamente o que foi negociado para aprovar o estatuto na Câmara.



HOMENAGEM Os constituintes serão lembrados no seminário sobre os 15 anos da Carta promulgada por Ulysses Guimarães

Unilegis.

Entre os palestrantes do evento, que se encerra na quinta-feira, estão o relator da Assembleia Nacional Constituinte, Bernardo Cabral; os professores da Universidade de Brasília Paulo Kramer e David

Fleisher; os senadores Marco Maciel (PFL-PE), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Lúcia Vânia (PSDB-GO); além de constituintes e especialistas.

As discussões dos três dias do evento serão sistematizadas em livro a ser publicado.

Regras para dívidas dos estados em exame na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar hoje, a partir das 10h, projeto de resolução que atualiza a receita corrente líquida para efeito de cálculo dos limites de endividamento dos estados, municípios e Distrito Federal. A correção para a atualização mensal das receitas arrecadadas, proposta por Romeu Tuma (PFL-SP), é pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI).

O relator do projeto (PRS nº 9/03), César Borges (PFL-BA), explica que entendimentos com representantes do governo possibilitaram a apresentação de uma alternativa para ajudar a equacionar o endividamento excessivo dos estados e dos municípios. “Essa nova proposta prevê a concessão, pelo Senado Federal, de prazo adicional de quatro trimestres aos entes da Federação para que possam voltar a se ajustar aos limites de dívida consolidada”, ressaltou Borges.

Outra proposição para oferecer melhores condições para pagamento de dívidas estaduais e municipais, na pauta da CAE, é de autoria de Osmar Dias (PDT-PR). Para votação em caráter terminativo na comissão, o projeto (PLS nº 60/03)



SOLUÇÃO Tuma quer facilitar equacionamento de dívidas de estados e municípios

estabelece que as dívidas junto ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) podem ser parceladas em até 240 parcelas mensais, a critério da autoridade fazendária. A proposta estabelece várias condições e conta com parecer favorável do relator, o senador Gerson Camata (sem partido-ES).

Os integrantes da CAE devem votar mais outros 11 itens, entre eles o projeto (PLS nº 142/00) de Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que altera a chamada Lei de Transplantes obrigando o Sistema Único de Saúde (SUS) a custear todas as operações de transplante.

Comissão limpa a pauta para analisar Orçamento

A Comissão Mista de Orçamentos reúne-se hoje, a partir das 14h30, para deliberar sobre abertura de crédito especial de R\$ 17 milhões para a Justiça Federal, sete requerimentos e oito avisos sobre obras auditadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Essa reunião faz parte do acordo entre os coordenadores de bancada dos partidos representados na comissão para limpar a pauta das pendências relativas ao atual exercício e abrir espaço para concentrar os esforços na tramitação da proposta orçamentária de 2004 e no Plano Plurianual (PPA).

O presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), deve se encontrar com as lideranças, antes de votar a agenda programada, para decidir as relatorias setoriais que examinarão as emendas ao projeto de lei do Orçamento do próximo exercício. Mestrinho já anunciou que o prazo para apresentação de emendas deve começar esta semana.

A única relatoria já definida é a de infra-estrutura, que fica-



ACORDO Gilberto Mestrinho encontra-se com lideranças antes de realizar votações

rá com o PT, pelo fato de ter a bancada majoritária no Congresso, tendo direito a exercer a primeira escolha.

Os requerimentos propõem o comparecimento de vários ministros, entre eles o da Fazenda, Antonio Palocci. Um dos requerimentos solicita do ministro Palocci esclarecimentos sobre os parâmetros macroeconômicos da proposta orçamentária de 2004. O outro pede explicações sobre a “notável lucratividade das instituições financeiras nos três primeiros trimestres do ano e sobre seu recolhimento de tributos”.

Senado na feira do livro de Porto Alegre

Pelo sexto ano consecutivo, o Senado participa da Feira do Livro de Porto Alegre, que está em sua 49ª edição, aberta ao público na última sexta-feira. Com um estande bem equipado, o Senado levou obras publicadas pelo Conselho Editorial da Casa e três lançamentos: *Narrativas de Serviços no Libertar-se da Dominação Portuguesa*, de Lord de Cochrane; *Memórias do meu Tempo*, de J.M. Pereira da Silva; e *Luiz Carlos Prestes, o Constituinte, o Senador (1946-1948)*, organizado por Sérgio Soares Braga.

O diretor-executivo da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e coordenador da Comissão das Feiras do Livro, Júlio Pedrosa, disse que o estande em Porto Alegre tem um público cativo, formado por políticos, desembargadores, juízes, estudantes e professores de Direito. Ele observou que, por ser realizada numa praça pública, a feira de Porto Alegre tem intensa movimentação de jovens que se interessam bastante pelas publicações da Casa, especialmente aquelas relacionadas à história do Brasil.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Romeu Tuma (PFL-SP) farão a entrega de obras em braile a instituições que atendem deficientes. Serão doados os Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial, e da Criança e do Adolescente; a Constituição federal, a Constituição do Rio Grande do Sul; a Lei de Doação de Órgãos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; e o Código de Defesa e Proteção do Consumidor.

O Senado também levou à feira um espetáculo de mamulengo escrito e apresentado pelo servidor Josias Wanzeller. A peça, que trata dos direitos das crianças e da preservação ambiental, será apresentada nas escolas e no palco reservado a espetáculos.

Conselho vai opinar sobre produção regional na TV

Órgão pede ao presidente do Senado para se manifestar sobre projeto que tramita na Casa

O Conselho de Comunicação Social quer se manifestar sobre o projeto da Câmara (PLC nº 59/03), em tramitação no Senado, que dispõe sobre a regionalização da produção cultural, artística e jornalística no rádio e na televisão, e trata da produção independente de rádio e TV. O presidente do conselho,

José Paulo Cavalcanti Filho, informou ontem, durante a reunião mensal do colegiado, que encaminhou pedido nesse sentido ao presidente do Senado, José Sarney. O projeto, que regulamenta inciso do artigo 221 da Constituição, está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tem César Borges (PFL-BA) como relator.

José Paulo ressaltou que a regionalização é hoje um tema discutido em todo o mundo, com destaque para o Canadá e a Itália, onde já faz parte dos textos legais. Ele afirmou que o projeto, de autoria da deputa-

da Jandira Feghali (PCdoB-RJ), tem qualidades, pois aborda assunto relevante, inclusive definindo regras que evitam a concentração da mídia nas pequenas localidades, mas está desatualizado, em virtude do tempo em que tramita no Congresso.

O presidente do conselho nomeou uma comissão formada pelos conselheiros Carlos Chagas, Alberto Dines, Paulo Machado de Carvalho Neto, Roberto Wagner Monteiro, Berenice Isabel Mendes Bezerra e Francisco Pereira da Silva para tratar desse tema.



RELEVÂNCIA Regionalização de programas é analisada pelo Conselho de Comunicação Social

TV por assinatura e cinema estão na pauta

O conselheiro Roberto Wagner Monteiro disse que o Conselho de Comunicação Social está atento às iniciativas legislativas que prevêm a possibilidade de ajuda financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as empresas de TV por assinatura endividadas. Segundo ele, o conselho irá se

posicionar contra qualquer medida que vise conceder benefício a alguma empresa em detrimento das outras. Ele afirmou que o conselho também é contrário à venda de 100% das ações das TVs por assinatura para estrangeiros, conforme consta do projeto (PLS nº 175/01) do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

O conselheiro Geraldo Pereira dos Santos solicitou reunião para discutir as estratégias a fim de aumentar a produção cinematográfica nacional.

Já o conselheiro Francisco Pereira reclamou do fato de órgãos do Senado, em particular as comissões, não considerarem, com a devida importância, o papel do conselho.

Comissão vota projetos sobre ensino superior

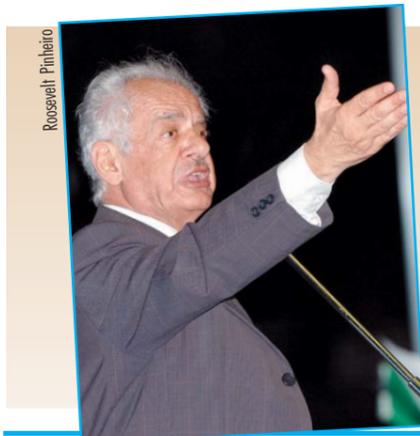
Na quarta-feira, às 10h, a Comissão de Educação (CE) deverá realizar reunião para examinar pauta ordinária que tem, entre outros projetos, matéria que trata da reserva de vagas em universidades públicas para alunos carentes. O projeto (nº 215/03), de autoria da então senadora Íris de Araújo, com parecer favorável do senador Leonel Pavan (PSDB-SC), terá decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), devendo ser, em seguida, examinado pela Câmara dos Deputados.

Pela proposta, as universidades públicas deverão reservar 30% de suas vagas para alunos carentes, cuja renda familiar seja comprovadamente inferior a cinco salários mínimos (R\$ 1.200). O objetivo, conforme justificção, é diminuir a desigualdade social, uma vez que dados indicam que alunos de classe média e alta ocupam a quase totalidade das vagas do ensino superior.

Bolsa de estudo

Ainda relacionado ao ensino superior, consta na pauta da CE projeto que trata da concessão de bolsa de estudo para alunos atletas praticantes de modalidades olímpicas (nº 328/03). A comissão também deve examinar projeto terminativo que designa o cupuçu como fruta nacional, de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e que recebeu parecer favorável de Almeida Lima (PDT-SE).

Outra matéria em exame, que recebeu substitutivo de Amir Lando (PMDB-RO), é a que institui cursos de ensino médio nas penitenciárias (nº 95/02). O projeto de Paulo Paim (PT-RS), que garantiria pré-escolas gratuitas para filhos de trabalhadores urbanos e rurais (PLS nº 298/03), recebeu parecer contrário do relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).



Simon elogia decisão do STJ contra cobrança indevida de taxas

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou da tribuna sua alegria ao ler no *Jornal da Comunidade*, de Brasília, que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que as instituições financeiras terão que devolver aos clientes, com os mesmos juros, tudo que foi cobrado indevidamente em taxas ou encargos.

– Essa decisão é de grande importância e vai revolucionar o relacionamento entre os clientes e os bancos no Brasil. Finalmente, a

Justiça brasileira está determinando igualdade de tratamento entre o dinheiro do pobre e o do rico – observou.

A decisão, com voto da ministra Nancy Andrighi, foi tomada em julgamento de disputa judicial entre uma empresa de Minas Gerais e o Banco Bandeirante, informou o senador. De acordo com a matéria lida por ele, a medida pode favorecer milhares de pessoas que já entram na justiça contra bancos

por não concordarem com as taxas cobradas.

Viagem de Lula

Simon elogiou ainda a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África, ponderando que ele agiu corretamente ao pedir desculpas pela escravidão negra no Brasil. Ele foi apoiado pelos senadores Eurípedes Camargo (PT-DF), Roberto Saturnino (PT-RJ), Romeu Tuma (PFL-SP), José Maranhão (PMDB-PB) e Garibaldi Alves (PMDB-RN).



APELO Heloísa pede a juiz que não emita nova sentença contra integrantes do MST

Heloísa aplaude *habeas corpus* para Rainha

Ao saudar o Tribunal de Justiça de São Paulo por ter concedido, na tarde de ontem, por unanimidade, *habeas corpus* ao líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) José Rainha Júnior, à sua mulher, Diolinda Alves de Souza, e a outros dez sem-terra, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez um apelo ao juiz Átis de Araújo de Oliveira, de Teodoro Sampaio (SP), no sentido de que ele não emita uma outra

sentença condenatória contra os integrantes do MST. A senadora lembrou que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia concedido *habeas corpus* na semana passada a José Rainha e a Felinto dos Santos, o Mineirinho, mas eles permaneceram presos por conta de outros processos. Rainha ainda não será libertado, pois depende de um outro pedido de *habeas corpus* que deverá ser julgado hoje. Já Diolinda e os

outros sem-terra aguardarão julgamento por formação de quadrilha em liberdade. Para Heloísa, a decisão do tribunal demonstra zelo pela Constituição ao respeitar a presunção da inocência dos réus e ao reconhecer que eles contribuíram para a instrução do processo. A senadora comentou que a Justiça não pode ser instrumento de ação política para combater os movimentos que se insurgem contra as desigualdades sociais.



COBERTURA Serys pede atenção da imprensa para Operação Anaconda

Corrupção no Judiciário preocupa Serys

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) manifestou ontem a sua apreensão com os fatos revelados pela chamada Operação Anaconda, desenvolvida pelo Ministério Público e Polícia Federal, que culminou com a prisão de policiais e juízes acusados de venda de sentenças, liberação de mercadorias contrabandeadas e montagem de um esquema visando dificultar a incriminação de suspeitos ainda na fase de inquérito.

Serys defendeu o aprofundamento das investigações, tanto por parte da polícia quanto por parte da imprensa. Ela criticou os programas de televisão que se especializam em fazer da cobertura dos fatos policiais "um *show* grotesco" e pediu que esses programas se voltem para a cobertura de crimes "que envolvem peixes graúdos".

A parlamentar frisou que, além da Operação Anaconda, existem outras investigações sobre o crime organizado em andamento no país, como no Espírito Santo, no Mato Grosso e no Congresso Nacional, onde está em funcionamento a CPI do Banestado, que deveriam ter "uma cobertura minuciosa da imprensa".

A senadora elogiou reportagens da *Folha de S. Paulo*, assinadas por Frederico Vasconcelos e Iuri Dantas, sobre a Operação Anaconda e o trabalho do jornalista mato-grossense Marcos Coutinho, que, "enfrentando riscos pessoais", denuncia vícios do Judiciário de Mato Grosso no *site* Olhar Direto.

Serys também informou que foi prorrogado até o dia 1º de dezembro o prazo para o recebimento de indicações ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. O prêmio é concedido pelo Senado Federal.

ACM afirma que excesso de burocracia leva à corrupção

■ Senador cita estudo mostrando que abertura legal de negócio no Brasil leva 152 dias

Fotos: Roosevelt Pinheiro



EVIDÊNCIA ACM comemora fato de administração Bush admitir prejuízo com burocracia

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) atribuiu à excessiva burocracia governamental e ao exagero nas regulamentações a maior parte da corrupção nos países da América Latina, Ásia e África. O senador citou um estudo do economista peruano Hernando de Soto, publicado sob o título "Fazendo Negócios em 2004", que aponta várias evidências e estatísticas que relacionam corrupção à burocracia excessiva, e comemorou o fato de o Banco Mundial e a administra-

ção George W. Bush terem chegado à mesma conclusão.

Um estudo recente do Banco Mundial demonstra que para abrir legalmente um negócio no Brasil são necessários 15

etapas burocráticas e 152 dias. No caso da Argentina, são necessários 18 etapas e 68 dias; na Bolívia, 18 etapas e 67 dias; no Chile, dez etapas e 28 dias; no Equador, 14 etapas e 90 dias; em El Salvador, 12 etapas e 115 dias, e no México, sete etapas e 51 dias. Nos Estados Unidos, observou Antonio Carlos, são necessários apenas cinco etapas e quatro dias para abrir um negócio, e, na Austrália, quatro etapas e dois dias.

O senador conversou por telefone com o economista peruano, que disse que leis pouco razoáveis levam as pessoas a contorná-las. "Leis que custam caro para serem cumpridas são, possivelmente, a mais importante fonte de corrupção no mundo", afirmou Soto, segundo relato do senador.

Em seu estudo, o economista informou que seguiu todos os passos burocráticos e legais necessários para abrir uma indústria de confecções com um único empregado em Lima, no Peru. Descobriu que era impossível fazê-lo legalmente, porque levaria 289 dias e gastaria US\$ 1.231.

O economista peruano demonstra que a excessiva burocracia do Peru leva à publicação anual de 28 mil regulamentos administrativos e leis por ano, o que força os ricos a subornar funcionários do governo e condena os pobres a operar na economia informal. O senador usou todos os números e conclusões para defender um processo de desburocratização e desregulamentação no Brasil.

Papaléo cobra funcionamento do Centro de Biotecnologia da Amazônia

Ao opinar que o Brasil não pode perder a corrida do desenvolvimento tecnológico, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) pediu ao presidente Lula a definição de um modelo de gestão para o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), o complemento do seu processo de instalação e a dotação de verbas suficientes para fazê-lo funcionar.

Inaugurado em dezembro passado, o Centro de Biotecnologia da Amazônia é, na avaliação do senador, fundamental

para a consolidação da biotecnologia brasileira e para a viabilização do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Localizada no distrito industrial de Manaus, a sede do CBA foi construída com recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema), dos ministérios da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Meio Ambiente, com participação do governo do Amazonas. Foram investidos R\$ 14,4 milhões.

O objetivo do CBA, segundo informou Papaléo, é viabilizar o uso econômico sustentável da biodiversidade amazônica, com ênfase na geração e difusão de conhecimento. Para atingir tal proposta, completou o senador, o centro vai dedicar-se à pesquisa básica e aplicada, ao desenvolvimento de novas tecnologias, à coordenação de uma rede de laboratórios regionais e nacionais, à implementação de parques e pólos de bioindústria e ao apoio na criação ou capacitação de em-



NECESSIDADE Papaléo considera CBA essencial para viabilizar desenvolvimento

presas de base tecnológica. Uma rede de instituições de pesquisa está sendo articulada para intercâmbio de informações e desenvolvimento de atividades conjuntas.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Papaléo Paes